

É O QUE CREMOS: CULTURA POLÍTICA E ATUAÇÃO DA IMPRESA EVANGÉLICA NA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS (1960- 1990)

Elba Fernanda Marques Mota¹

Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada.

Beatriz Sarlo, Tempo Passado.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno religioso no Brasil e suas especificidades compõem um dos elementos indispensáveis para qualquer tentativa de descrição ou análise da sociedade brasileira. Tal fenômeno tem produzido um cenário complexo e dinâmico para o historiador das religiões e das religiosidades que procura, na temporalidade do passado, as singularidades, as mudanças e os sentidos das ações de indivíduos, de grupos sociais e de instituições, bem como o lugar e o papel do sagrado enquanto elemento da cultura.

O campo religioso é um espaço social complexo, constituído por um mosaico de relações homogêneas e heterogêneas, permeadas por estratégias de poder variadas. No contexto do campo religioso brasileiro, a Igreja Assembleia de Deus, no cenário religioso atual, apresenta-se como um campo de estudo rico em possibilidades, especialmente por ser a maior Igreja evangélica brasileira em número de membros.

Segundo os números referentes ao censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 22,2% da população brasileira se declara evangélica, e destes, 13,3% denominaram-se pentecostais, sendo 12.314.410 milhões representantes da Assembleia de Deus. Esta quantidade expressiva de fiéis representa um crescimento de 48% em 10 anos. Em 2000, o número de assembleianos era de 8,4 milhões. Uma década depois, houve um acréscimo de 3,9 milhões de novos membros.

¹ Mestra em História pela UERJ; Doutoranda em História, pela Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista CAPES. Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Pinheiro.



Estes números, além de demonstrarem a visibilidade que a Assembleia de Deus possui no Brasil em razão da quantidade de membros que agrega, também evidencia a necessidade de compreendê-la enquanto objeto de estudo profícuo na problematização da história recente deste país, razão pela qual a elegemos como componente principal desta pesquisa, por possuir uma historicidade particular e ainda pelo fato da Igreja ter vivenciado praticamente todo o século XX em nosso país — em 2011, seus membros comemoraram o centenário de sua denominação.

Notamos nos estudos sobre a presença protestante e evangélica no Brasil uma carência quanto à análise da participação destes grupos religiosos na política nacional, com sua conseqüente assimilação por parte dos fiéis. Desta forma, entendemos a necessidade de estudos históricos que se preocupem com a formação e as rupturas que caracterizaram o envolvimento de evangélicos na cena partidária brasileira, principalmente, entre as lideranças pentecostais durante a ditadura militar.

É deste modo que este estudo analisa o campo religioso, em particular, a inclusão da Igreja Assembleia de Deus no cenário político brasileiro. Pretendemos pontuar como esta denominação religiosa se utilizou da imprensa escrita para promover a participação política de seus membros, e, assim, se inserir na vida partidária nacional, em especial, no período dos governos militares. A Assembleia de Deus, ao longo de sua história, conseguiu a legitimação política através da eleição de representantes de sua denominação. É nosso intuito analisar de que forma se construiu esta representatividade eleitoral.

2 A SUBJETIVIDADE DOS FIÉIS ASSEMBLEIANOS

No campo religioso, muito se questiona sobre as motivações que levam os fiéis a frequentarem uma Igreja, a aceitar os costumes e doutrinas que cada denominação postula e, principalmente, o código moral estipulado por esta. Da mesma forma, é esperado que os fiéis sigam as regras e, especialmente, não enfraqueçam a homogeneidade pretendida pelo conjunto religioso de qual fazem parte.

Ao incorporar o conceito de subjetividade nos estudos históricos, os historiadores desenvolveram análises preocupadas com a sensibilidade de seus objetos pesquisados, houve a preocupação com os sujeitos construtores de um momento histórico específico. Contudo, este

interesse estava marcado por escolhas que privilegiavam, de um ponto de vista teórico, na historiografia tradicional:

Os sentimentos e as emoções eram importantes quando se referiam à subjetividade de personagens ilustres – e quase sempre masculinos. O medo, a coragem, a cólera, o amor, o desejo de reis, príncipes, generais, são elementos muitas vezes importantes de narrativas históricas clássicas.²

Com a História Cultural, o historiador aproximou-se dos homens e mulheres de diferentes períodos históricos. Os estudos, até então realizados, mantinham uma distância das motivações e sensibilidades de seus sujeitos e objetos pesquisados. Com as contribuições deste novo fazer historiográfico, surgiu o interesse por homens e mulheres no seu cotidiano e suas vivências pessoais e coletivas, o que torna fundamental respeitar o contexto histórico e seus discursos, pois as emoções, sentimentos, ideias, medos e desejos foram construídos em um momento particular, com suas especificidades próprias.

Nos últimos anos, quem contribuiu profundamente para este debate foi Beatriz Sarlo, com discussões que possibilitaram aos historiadores e cientistas sociais discutir de forma crítica e profunda sobre a cultura da memória em uma sociedade efêmera e a guinada subjetiva que isto proporcionou.

A intelectual argentina postula especialmente o conflito que há no passado e as probabilidades que este constrói quando lembramos ou esquecemos. Em particular, nos interessa, principalmente, o discurso a ser construído sobre uma memória:

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade. É esse aspecto que salientam as apologias do testemunho como “cura” de identidades em perigo.³

² Maria Paula Araújo, “Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral”, in: Andréa Casa Nova Maia & Marieta de Moraes (Orgs.), *Outras Histórias. Ensaios em História Oral*, Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012, p.2-3.

³ Beatriz Sarlo, *Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo, Una discusión*, Argentina, Siglo Veinteuno editores, 2007, p.51.

Ao longo da história da Assembleia de Deus, o seu discurso foi atrelado a uma necessidade de limpeza, no que se refere à sua imagem, ao comportamento dos fiéis e à doutrina a ser seguida por estes. A subjetividade está presente no cotidiano desta instituição religiosa, seja na necessidade de lembrança de seu passado, com ênfase em seu crescimento, ou na seletividade do que será esquecido, penso assim, que “a subjetividade é histórica e, se acreditamos possível tornar a captá-la em uma narração, é seu diferencial que vale”⁴, uma vez que “[...] muito mais que a história, o discurso é concreto e pormenorizado, por causa de sua ancoragem na experiência recuperada a partir do singular”.⁵ E é esta singularidade da narrativa assembleiana que nos desperta interesse especial.

3 CULTURA POLÍTICA E RELIGIÃO: ENTRELACEMENTOS POSSÍVEIS

No que diz respeito à produção bibliográfica relacionada ao protestantismo e evangélicos no Brasil, em sua maioria oriunda de trabalhos de sociólogos e antropólogos, há, predominantemente, a preocupação em caracterizar a inserção e consolidação do protestantismo no país; as cisões, ou seja, separação que ocorre dentro de uma Igreja em decorrência do descontentamento quanto à doutrina da mesma, outra vertente de estudos, refere-se à trajetória de vida dos líderes, em especial os pastores. Existe, ainda, a construção de abordagens que se preocupam em pontuar o crescimento das igrejas protestantes, quanto ao número de fiéis e templos, assim como o crescente interesse pela participação dentro da política partidária, por parte dos membros(as) destas igrejas.

Notamos nos estudos sobre a presença protestante e evangélica no Brasil, uma carência de estudos históricos quanto à análise da participação destes grupos religiosos na política nacional, com sua consequente assimilação desta por parte dos fiéis. A maior preponderância de pesquisas realizadas, até então, interessam-se pela chegada destes à cena partidária, especificamente, a partir da bancada evangélica de 1986 e o seu posterior crescimento na cena partidária brasileira.

No entanto, o período anterior a 1986 carece de estudos que entendam o contexto histórico que possibilitou este interesse dos evangélicos pela política partidária, sobretudo, porque já na década de 1930 havia a

⁴ Beatriz Sarlo, *Tiempo Pasado*, p.66.

⁵ SARLO, *Tempo Passado*, p.50.

presença de evangélicos no cenário nacional, por meio, inclusive, de associações protestantes com objetivos políticos.⁶

Desta forma, entendemos a necessidade de estudos históricos que se preocupem com a formação e as rupturas que caracterizaram a participação de evangélicos na política brasileira, principalmente entre as lideranças pentecostais. Segundo o historiador Paulo Sipierski (2003), a “ausência de análises que percebam o pentecostalismo como uma estrutura de longa duração, análises históricas, em outras palavras, tem prejudicado substancialmente o conhecimento do pentecostalismo”.⁷

No intuito de compreender estas indagações, na atualidade, percebemos um novo olhar, por parte dos historiadores, a campos até então ressentidos de uma análise mais profícua. Entre estes, destaca-se o campo da História das Religiões, que nos últimos dez anos, se legitimou enquanto possibilidade de pesquisa no país.

Dentro desta conjuntura, notamos o desenvolvimento de estudos com abordagens que se preocupam em pensar a representação dos atores históricos deste campo e, especialmente, suas distintas práticas, enquanto agentes e suas relações com a música, arte, gênero, política e a ciência no espaço religioso, situando-se assim, dentro da História Cultural.

Consideramos necessário situar, conceitualmente, este estudo, dentre as amplas possibilidades da História Cultural, no âmbito da cultura política, por considerarmos esta como a que melhor adequa a nossa intenção em problematizar a participação política da Assembleia de Deus, no período de 1960 a 1990, através do uso dos seus periódicos principais. O conceito nos possibilitará a problematização da prática de uma política partidária por parte dos membros da Igreja, especificamente, em como esta foi construída no jornal *Mensageiro da Paz*.

O conceito de cultura política está relacionado diretamente “ao retorno” do político no discurso histórico, ao longo da década de 1950 e 1960, nas ciências sociais dos Estados Unidos. Em nosso intuito de entender

⁶ Paul Freston. “Breve história do pentecostalismo brasileiro”, in: ANTONIAZZI, Aberto (et al.), *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

⁷ Paulo Sipierski, “Contribuições para uma Tipologia do Pentecostalismo brasileiro”, in: GUERREIRO, Silas (Org.), *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*, São Paulo, Paulinas, 2003, p.56.

o comportamento dos assembleianos enquanto fiéis e políticos, perceberemos nuances que poderiam escapar em outro contexto de pesquisas que não se situam “na encruzilhada da história cultural e da história política”.⁸

Por este motivo, elencamos a definição formulada por Rodrigo Motta como a mais precisa em situar as amplas possibilidades de aplicabilidade da cultura política, posto que o autor a entende como:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos destinados ao futuro.⁹

Ressaltamos que, apesar da quantidade de usos do conceito, entendemos o mesmo como o ideal por elencar, em um mesmo campo teórico, as noções de cultura e política. E, sobretudo, nos permitir trabalhar a representação partidária de uma instituição religiosa e sua construção de um projeto para o futuro que, como podemos observar na atualidade, se adequa perfeitamente à Assembleia de Deus.

Conforme pontuado por Berstein, qualquer estudo que se propõe analisar a existência de uma cultura política deve notar o fenômeno no período da longa duração e, especialmente, observando a formação, com suas perguntas e constituição desta, com indagações tais quais: existe uma “cultura política evangélica” ou os evangélicos valem-se da cultura política brasileira para fazer política? Pensando-a metodologicamente desta forma:

Porque surgem ousadas ou inovadoras, estas respostas levam tempo a impor-se. Da nova solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo (...). É necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter

⁸ Rodrigo Patto Sá Motta, (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*, Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009, p. 21.

⁹ Rodrigo Patto Sá Motta, *Culturas políticas na história: novos estudos*, p. 21.

normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos.¹⁰

Ao longo da formação desta cultura política, dentre as amplas possibilidades de grupos para que ela surja e se legitime, Motta,¹¹ baseado em análise de Bernstein, acredita na existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas como famílias e instituições sociais. A questão que nos interessa é a hipótese de que as escolhas políticas dos indivíduos são determinadas por filiação a grupos ou a tradições, em particular, às igrejas, sendo de fundamental importância os veículos de disseminação destas ideias, como os livros e, em nosso caso específico, os periódicos, posto que:

Nos casos de famílias e Igrejas, estamos diante de algo que envolve a ligação dos indivíduos a grupos sociais mais abrangentes, que interferem em sua formação para além da dimensão política. A adesão política, nesses casos, decorre, ao menos em parte, da identificação aos valores defendidos pelo grupo, de modo que a escolha política pode revelar, na verdade, a fidelidade aos pais ou à religião. Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim.¹²

Especialmente do ponto de vista de nosso estudo, a fidelidade se manifesta ao pastor da Igreja, que tenta orientar a opção eleitoral do fiel, mas, principalmente, nos primeiros anos desta prática por parte da Assembleia de Deus, esta veio reproduzida em seus impressos, principalmente no jornal *Mensageiro da Paz*. Por todos estes pressupostos e possibilidades instigantes de análise, consideramos a cultura política como conceito chave em nossa análise, especialmente por nos possibilitar em um trabalho histórico encontrar:

Uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva

¹⁰ Serge Berstein, “A cultura política”, in: Jean Pierre Rioux; Jean François Sirinelli (Orgs.), *Para uma história cultural*, Lisboa, Estampa, 1998, p. 349-363.

¹¹ Rodrigo Patto Sá Motta, *Culturas políticas na história*.

¹² Rodrigo Patto Sá Motta, *Culturas políticas na história*, p. 24.

idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.¹³

Discutir religião é debater transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, mas, principalmente, pontuar os atores sociais envolvidos neste redesenhar contínuo da sociedade. Reconstrução que apresenta amplas possibilidades de estudos, especialmente, a utilização da História das Religiões enquanto campo que permite a realização de pesquisas que trabalham a política e a leitura no espaço religioso.

Nesta conjuntura, Aline Coutrot, destaca a atenção que deve ser dada aos aspectos religiosos e políticos enquanto construtores de conflitos e fraquezas, que, de outra forma não viria a público:

O religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as Igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda possibilidade de fugir do problema. A política não para de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade. (...) Um aprofundamento do pensamento religioso engendra novos modos de presença na sociedade, sem contar as reminiscências e as permanências. A religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal modo que o assunto é de grande utilidade.¹⁴

Entendemos esta relação como de grande relevância, especialmente pelo contexto atual de poder nos pleitos eleitorais em mãos dos evangélicos. Compreendemos nossa pesquisa no sentido de que a “Política é uma modalidade da prática social, através da consideração do religioso,

¹³ BERSTEIN, “A cultura política”, p. 362-363.

¹⁴ Aline Coutrot. “Religião e Política”, in: RÉMOND, René, *Por uma história política*, 2. Ed, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. p. 335.

apreendem-se as massas, os comportamentos coletivos: episcopado, imprensa, movimentos, sindicatos, grupos de pressão”.¹⁵ Razão pela qual, objetivamos entender o contexto que permitiu esta imbricada construção do político e religioso, por parte da Assembleia de Deus.

Um dos mecanismos que permitem perceber esta relação entre política e religião é o ato da leitura. Por parte da Igreja Assembleia de Deus, a publicação de periódicos, como jornais e revistas, constitui, ao longo de sua história de crescimento no Brasil, sua principal estratégia de convencimento no que se refere aos assuntos do político, haja vista a assertiva abaixo:

Os crentes não devem desprezar a leitura. Não seria conveniente uma crença baseada na ignorância, no obscurantismo, no fanatismo. IMPORTA CRER! Interessa, porém, que a crença seja lúcida, consciente. A convicção não ilumina o conhecimento, ao contrário, aproveita-o. É recomendável, todavia, que a leitura seja orientada e selecionada.¹⁶ (Grifo do autor).

Entendemos que ao utilizar jornais e revistas em um estudo como fonte principal temos em perspectiva que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que”.¹⁷

Uma vez que entendemos que o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa. Posto que as relações que manteve, ou não com o mercado; a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos, direciona a sua editoração e, especialmente, em se tratando de imprensa evangélica, possuía um objetivo direcionado e controlador.

4 IMPRENSA EVANGÉLICA: O MENSAGEIRO DA PAZ

Dentre os amplos segmentos da imprensa brasileira, a evangélica se apresenta enquanto segmento solidificado, especialmente no que se refere à Igreja Assembleia de Deus. Seu envolvimento com a imprensa vem com uma longa relação com a leitura.

¹⁵ COUTROT, “Religião e Política”, p.357.

¹⁶ *Mensageiro da Paz*, 1963, p.4.

¹⁷ Tânia R. Luca, “História dos, nos e por meio dos Periódicos”, in: Carla Bassanezi Pinsky (Org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p.132.

Seja nos primeiros anos, com a distribuição dos panfletos nas ruas pelos primeiros membros, seja, posteriormente, com a escola dominical, com a leitura da Bíblia. No início da década de 1920, as primeiras lições vinham como suplemento do jornal *Boa Semente*, que circulou em Belém, no estado do Pará. O suplemento era denominado *Estudos Dominicais*, escritos pelo missionário Samuel Nystrom, pastor sueco de vasta cultura bíblica e secular, que produziu lições da Escola Dominical em forma de esboços, feitas para três meses.

Em 1930, na primeira convenção geral das Assembleias de Deus realizada em Natal (RN) deu-se a fusão do jornal *Boa Semente* com outro similar que era publicado pela Igreja do Rio de Janeiro, *O Som Alegre*, originando o *Mensageiro da Paz*. Nessa ocasião (1930), foi lançada no Rio de Janeiro a Revista *Lições Bíblicas* para as Escolas Dominicais¹⁸.

Nas suas primeiras edições, a Revista *Lições Bíblicas* era trimestral e depois passou a ser semestral. As razões disso não eram apenas os poucos recursos financeiros, mas, principalmente, a morosidade e a escassez de transporte de cargas, que naquele tempo era todo marítimo e somente costeiro, ao longo do litoral paraense. A Revista levava muito tempo para alcançar os pontos distantes do país. Com a melhora dos transportes ela passou a ser trimestral e hoje a tiragem de revistas da Escola Dominical passou para mais de 2,2 milhões trimestrais.¹⁹

Neste contexto, em 1940, o presidente Getúlio Vargas determinou, através de um decreto, que todos os jornais fossem registrados no Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.), órgão que regulava a imprensa. O decreto estabelecia também que somente entidades com personalidade jurídica poderiam possuir jornais. A fim de que pudesse continuar a publicar o *Mensageiro da Paz* e as *Lições Bíblicas*, a Igreja direcionou de uma forma mais organizada sua produção editorial, com a fundação da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD). Este interesse, no seu início, atrela-se, especialmente, ao caráter evangelizador que a produção escrita alcançaria em todo o país, posto que o pensamento da Igreja fosse o seguinte:

¹⁸ A Escola Bíblica Dominical surgiu no Brasil em 1855, em Petrópolis (RJ).

¹⁹ Ruth Doris Lemos. “A minúscula semente de mostarda que se transformou numa grande árvore: A história da Escola Dominical”. Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/escoladominical/historia.php>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Um bom livro que aparece entre nós deve ter a devida “cobertura”. Nem todos conseguem frequentar cursos regulares, nem todos podem assistir a escola bíblica. O livro, no entanto, através da viagem, em casa, nas filas, no bonde, no ônibus, numa estrada, enquanto é aguardada a vez na barbearia, quando se espera o trem, o livro vai transmitindo cultura e doutrina.²⁰

Estes são os aspectos norteadores da preocupação editorial da Assembleia de Deus no país: a disseminação de sua doutrina, fortalecendo a religiosidade do fiel, e a possibilidade da alfabetização de milhares de leitores. Dentro desta postura de diferenciação e com a preocupação em doutrinar aos membros, a leitura era direcionada para que houvesse uma ampliação em seu número, mas, especialmente, para que os que faziam parte não migrassem para outras denominações religiosas.

Esta atenção com a escrita, a leitura e sua circulação se insere no contexto da época, posto que ao longo das décadas de 1960 e 1970 era perceptível o acréscimo em produção literária no país, razão pela qual surge a necessidade de uma produção especificamente evangélica.

Nunca em todas as épocas, se escreveu tanto como nos dias atuais. Literatura de todos os tipos invade o mercado! Mais de 90% da literatura distribuída em todo o mundo é prejudicial à vida espiritual, e quiçá, à moral! (...) Como não podemos ir pessoalmente, podemos ir por meio da literatura (palavra impressa). Podemos ir por meio de rádio, etc. A palavra Impressa é um dos grandes meios de evangelizar. Devemos fazer todo o possível, para conseguir fazer circular a mensagem escrita e assim estaremos cooperando com a Igreja na evangelização do mundo.²¹

E dentro desta estrutura, pensamos ser necessário pontuar, metodologicamente, o poder que o uso dos periódicos possui para a imprensa. Principalmente sobre a construção de opiniões, se esta for de caráter religioso, como é o caso da Casa Publicadora da Assembleia de Deus, que hoje é a maior editora evangélica da América Latina,²² sobrevivendo a períodos de crise e falência de empreendimentos de outras denominações.

²⁰ Paulo dos Santos, *Leitura e Literatura Evangélica*, *A Seara*, 1/1/1963.

²¹ José Apolônio, O valor da palavra escrita, *Mensageiro da Paz*, 01/02/1963.

²² Antes, eram vendidos 60 mil livros por ano, atualmente, são mais de 700 mil obras que atendem diversos segmentos da Igreja. Destacam-se as teológicas, comentários e dicionários.



O *Mensageiro da Paz* foi fundado em 1930, na Convenção Geral de líderes da Assembleia de Deus realizada em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Alencar,²³ ele foi o principal instrumento de consolidação desta nascente Igreja, considerando-se as dimensões geográficas do Brasil e a viabilidade de comunicação na década de 30, sua fundação foi, portanto, considerada moderna e eficiente.

O primeiro jornal da Assembleia de Deus foi *O Voz da Verdade*, publicado em 1917, na cidade de Belém, sob a direção do pastor Almeida Sobrinho e João Trigueiro. Devido às crises financeiras, funcionou somente dois meses.

O jornal *Mensageiro da Paz* surgiu da união dos dois jornais assembleianos até então existentes. O paraense, *Boa semente*, que era o órgão oficial da Igreja de Belém, contando com a colaboração do missionário sueco Samuel Nystrom, que em 1923 comprou algumas máquinas e montou uma tipografia. Segundo Alencar, o periódico circulou no período de 1919 a 1929, e tinha grande participação dos membros da Igreja, consideradas as condições de tipografias, correio e taxas de alfabetização do país.

Em novembro de 1929, no Rio de Janeiro, atendendo a necessidade de um jornal de caráter evangélico e noticioso, Gunnar Vingren fundou o carioca *Som Alegre*. Este circulou até o mês de outubro de 1930, dando lugar ao aparecimento do *Mensageiro da Paz*.

Com a determinação da Convenção, este jornal passou a ser o veículo de comunicação e unificação do discurso da Igreja, seu órgão oficial. O primeiro número data de 01 de dezembro de 1930, seus diretores foram Samuel Nystrom e Gunnar Vingren; e como editora, nos dois primeiros anos, sua mulher, Frida Vingren.

A periodicidade do jornal nos dois primeiros anos de sua produção era ameaçada por crises internas (da Igreja), financeiras ou políticas. Havia constantes apelos aos “irmãos” para venderem e distribuírem-no, bem como

Para atender aos países de fala hispânica e aos latinos morando nos EUA, a CPAD fundou, em 1997, a Editorial Patmos, seu braço editorial internacional com sede na Flórida. Ela possui ainda, sedes na África, Japão e Europa. Informação presente em CPAD <<http://www.cpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=29>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

²³ Gedeon Alencar, *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*, São Paulo, Arte Editorial, 2010, p.113.

enviarem o pagamento. O periódico passou a ser uma “causa”, ou seja, um bom motivo, meio e método de evangelização.

O Mensageiro de Paz é o portador de Salvação que deve entrar em todos os lares. Todo crente que tiver o privilégio de lê-lo deve esforçar-se para propagá-lo entre seus parentes, amigos e conhecidos. Deus recompensa aquele que toma interesse pela evangelização.²⁴

Em suas primeiras edições, o jornal era editado em preto e branco. Segundo Alencar, o jornal era publicado no Rio de Janeiro, em tipografias do centro da cidade, mas pelo menos nos dois primeiros anos de sua existência apresentava uma “simplicidade franciscana” se comparado com o jornal metodista *O Expositor* que também circulava na época: usava o mesmo tipo de letras em doze páginas, pouquíssimas fotos, nenhuma ilustração ou propaganda. Com a fundação da CPAD em 1940, o jornal passou a ser editado por esta. A partir da década de 1970, ele passa a ter a cor azul predominando nas edições. Neste período custava Cr\$20,00. Sua venda era feita nos templos e por meio de assinatura.

Em sua primeira edição, o editorial de *O Mensageiro da Paz* afirmava ter por objetivo levar “a visão do evangelismo e a divulgação da doutrina pentecostal por intermédio da imprensa”.²⁵ A descrição vai além e estabelece por si própria o paralelo com a imprensa tradicional: “Embora siga os mesmos padrões do jornalismo secular, a redação da CPAD apresenta estilo próprio, desenhado por um manual de redação que segue a linguagem do meio cristão evangélico”.²⁶

Esta postura editorial se torna clara pelos editores do *Mensageiro da Paz* advertir que apesar de entenderem a postura de grande parte dos jornalistas enquanto destoante, eles observaram que “apesar de tudo isto, a imprensa ainda é o meio de comunicação por excelência para moldar o pensamento das massas. Para o mundo político a página impressa é de grande valia na guerra ideológica que está sendo travada”.²⁷

²⁴ *Mensageiro da Paz*, Anno I, 12/30 in: Gedeon Alencar, *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. p.114.

²⁵ *Mensageiro da Paz*, 1930, in: Gedeon Alencar. *Assembleia de Deus*.

²⁶ Disponível em CPAD: <<http://www.cpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=29>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

²⁷ *Mensageiro da Paz*, 1980, p.6.

Em linhas gerais, o *Mensagem da Paz* do período de 1960 a 1990 era composto por diversos gêneros textuais, como: *artigos* teológicos e de assuntos diversos (como o aniversário da Igreja Assembleia de Deus no país; porque se devia ler o jornal da Igreja e outras matérias) e *anúncios institucionais* sobre a venda de publicações. Ademais, as matérias no periódico se dividiam entre não assinadas e assinadas por jornalistas e pastores.

Ainda no que se refere à sua linha editorial, notamos uma mudança significativa ao longo da década de 1980, em que se percebe, na primeira página, uma atenção melhor com o noticiário internacional, com destaque para a crise iraniana, juntamente com notícias da Assembleia de Deus pelo país. E, principalmente, a partir deste período, surge a preocupação com a política nas páginas do *Mensagem da Paz*.

Podemos inferir, através de nossa pesquisa, que o processo de apresentação e convencimento dos fiéis para participarem do pleito eleitoral se expandiu nas folhas do seu principal periódico. Embora os candidatos já se fizessem presente nos púlpitos, através do jornal veio a legitimação do apoio, com o discurso de orientação de que era chegado o momento do voto evangélico fazer a diferença no país.

E dentro deste discurso, em 1982, o jornal *Mensagem da Paz* publica uma carta endereçada ao presidente João Figueiredo, nesta fica claro o discurso de alinhamento político desta Igreja para com o regime ditatorial:

Essas criaturas, que querem danificar este País, com suas ideias subversivas, carecem dos atributos que elevam e valorizam o indivíduo, e, nesse procedimento torpe, envelhecem seus próprios corpos e suas personalidades, não respeitam a Nação, o Governo, os compatriotas, a sociedade, as famílias e a religião. (...) Este mal pode, ainda, ser cortado pela raiz, a tempo, se o senhor quiser. Basta que sejam aplicados todos os dispositivos legais em vigor, como a Lei de Censura e o Código Penal; até com a força, se for preciso.²⁸

Este relato exemplifica o discurso moral conservador que caracteriza, ainda hoje, o editorial do maior periódico da Assembleia de Deus. O jornal *Mensagem da Paz*, ao longo do período ditatorial, emprestou

²⁸ *Mensagem da Paz*, Uma carta ao Presidente, julho de 1982, p.4.

oficialmente seu apoio, ora declarado, ou não, mas, na maior parte do tempo, conivente e silencioso.

Encaramos estes silêncios enquanto enquadramento dos fiéis e, especialmente, direcionamento quanto ao apoio ao governo, com todas as suas práticas de censura e violência, inclusive sugerindo, a todo o momento, utilizar até a força se fosse preciso.

O recomendado era não aprofundar a discussão de fundo, relatavam-se os fatos sem, no entanto, tocar em termos como ditadura, por exemplo, cuidado que o comunismo não obteve, sendo citado constantemente, como representação do mal e causador da crise que o país passava; termo usado constantemente no jornal para exemplificar o momento de supressão da Democracia brasileira.

Neste processo de aceitação e de jogos de interesses, cabia aos leitores aceitarem as orientações da Igreja, endereçadas, em sua maioria, por meio de seus periódicos. Um bom exemplo disto é a citação a seguir:

A Igreja de Cristo não é um partido político. A Igreja não deve atuar politicamente, todavia o cristão, como cidadão, não estará incorrendo em nenhum ato ilícito se o fizer. Poderemos, em outra classificação, distinguir os candidatos em evangélicos intelectualmente despreparados e em evangélicos intelectualmente à altura do exercício de um mandato parlamentar. É necessário julgá-lo quanto à capacidade. Um evangélico deve ser em tudo o melhor exemplo.²⁹

Esta ênfase na moral foi um dos principais focos do discurso assembleiano. O evangélico deveria dar o exemplo ao próximo. E, nisto, o fundamentalismo teológico serviu de manutenção dos preceitos a serem seguidos e, principalmente, da ordem estabelecida, posto que grande parte dos candidatos evangélicos fosse indicada pelos pastores, desde que seguissem as normas da Igreja.

Ressaltamos assim que os impressos assembleianos parecem visar, a princípio, um tipo de leitor: o leitor da “mensagem” ou “causa” pentecostal. Pode-se também perceber que o jornal *Mensageiro da Paz* parece apresentar

²⁹ *Mensageiro da Paz*, Em quem votaremos?, Outubro de 1978, p.2.



“ações educativas”, o jornal aparenta ser usado tanto no contexto da Igreja, como em situações exteriores a ela, no sentido de educar ao fiel quanto ao preceito correto a ser seguido.

Desta forma, parece visar o público interno e, principalmente, o externo. Suas “ações educativas” parecem, a princípio, ser apenas duas: fomentar a “evangelização” e a “militância”, posteriormente, preocupando-se com o que o fiel está lendo e de que forma toda esta ação se deu a partir da utilização da imprensa evangélica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi nosso objetivo analisar como a subjetividade se insere no contexto histórico da constituição e desenvolvimento institucional da Assembleia de Deus. Para tanto, demonstramos como esta foi utilizada no sentido de esquecimento e disputas da memória.

Estes aspectos nos fazem perceber a importância que a imprensa assembleiana possui e suas várias formas de atuação ao longo de sua história. Especialmente em nosso período de estudo, de 1960 a 1990, é importante pontuar o apoio ao golpe da ditadura militar e sua consequente permanência nesta adesão ao contrário da Igreja Católica, por exemplo. O meio que os assembleianos encontraram para manter este apoio se deu através de seus impressos e consequente expansão destes por todo o país.

Recebido em 28/10/2014 - Aprovado em 27/12/2014